

A MELANCOLIA COMO PIVÔ DAS TÓPICAS FREUDIANAS: NOTAS SOBRE O DESCENTRAMENTO DA SUBJETIVIDADE

[MELANCHOLY AS A PIVOT OF FREUDIAN TOPICS: NOTES ON THE DECENTRATION OF SUBJECTIVITY]

Diego Luiz Warmling *

Petra Bastone **

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

RESUMO: O inconsciente, a grande descoberta freudiana, foi o responsável por toda a composição da teoria psicanalítica. Como toda teoria, passou por adaptações de acordo com as descobertas de Freud, que se via na necessidade de reestabelecer as regras e os meios de funcionamento do aparelho psíquico. Através das antinomias pulsionais, das topologias relativas ao inconsciente e, em particular, da melancolia como pivô entre tópicos, mostraremos como Freud possibilita pensar não só as consequências da perda objetual, mas como esta influencia na composição do Eu. Elegendo-a como fundamental à instauração da segunda tópica, advogaremos que é a partir da melancolia que Freud nos permite compreender o Eu como descentrado e despossuído por uma “cena outra” que o coloca numa situação perpetuamente deficitária. Do advento da segunda tópica, defenderemos que Freud foi capaz de desvelar um Eu que é, também, inconsciente.

PALAVRAS-CHAVE: inconsciente; melancolia; primeira tópica; segunda tópica

ABSTRACT: The unconscious, the great Freudian discovery, was responsible for the entire composition of psychoanalytic theory. Like any theory, this concept underwent adaptations according to the discoveries of Freud, who saw the need to reestablish the rules and means of functioning of the psyche. Through drive antinomies, topologies related to the unconscious and, especially, melancholy as a pivot between topics, we will show how Freud makes it possible to think not only about the consequences of object loss, but how it influences the composition of the Ego. Electing it as fundamental to the establishment of the second topic, we will argue that it is from melancholy that Freud allows us to understand the Ego as decentered and dispossessed by an “other scene” that places it in a perpetually deficient situation. From the advent of the second topic, we will argue that Freud was able to reveal that the Ego is also unconscious.

KEYWORDS: unconscious; melancholia; first topic; second topic

Como uma das principais contribuições psicanalíticas à compreensão da subjetividade, o inconsciente foi o grande conceito que destacou Freud em meio aos seus estudos sobre as manifestações clínicas dos pacientes que o procuravam para tratar de sintomas neuróticos, histéricos e psicóticos. Por trás de todo sintoma, Freud

* Mestre em ontologia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGFil UFSC). Doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGFil UFSC). Email: diegowarmling@hotmail.com. ** Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). Doutoranda em Filosofia pelo Programa da Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Email: petrabastone93@gmail.com.

denúncia que há sempre um sentido “outro” que não necessariamente habita a palavra, mas é deduzido por meio da prática clínica. Nisto, o inconsciente é estilizado não só como um sistema psíquico diferenciado, mas enquanto qualitativo de noções como *Id*, *Eu* e *Super-Eu*; topologias que, em conjunto com as análises relativas a melancolia e a pulsão de morte, fazem pensar o quanto a subjetividade vacila no interior de si mesma. Ao longo das tópicas freudianas, esta noção surge, pois, como uma instância híbrida e jamais plenamente reconhecível ao conjunto das narrativas manifestas, visto que possibilita “enfatizar a constante infiltração dos discursos, pensamentos, raciocínios ou posições conscientes por uma atividade inconsciente (AYOUCH, 2019, p. 72). Não neural, “nem cognitivo, nem metafísico, nem metapsíquico, nem simbólico” (ROUDINESCO, 1999, p. 20), fala-se de uma “cena outra” fugaz em relação aos saberes instituídos pelas ciências e filosofias da época, e cujas leis não-ontologizáveis de funcionamento a colocam em estado de devir, tornando-a, por assim dizer, não totalmente acessível às cristalizações da consciência e às determinações do mundo inteligível.

Interna ao sujeito e externa a quaisquer artificialismos lógicos, a meta desta estilização reside em inquirir a tradição segundo a qual o *cogito* deve domesticar as manifestações que lhe escapam pelo simples fato de não estarem “presentes no campo efetivo da consciência” (LAPLANCHE & PONTALIS, 2001, p. 235). Interpretável desde ponto de vista das antinomias pulsionais, o inconsciente psicanalítico não é nem uma coisa onde as intenções são distorcidas, nem um “mais profundo” da consciência, do qual desponta algo misterioso. Estruturados e encadeados como numa linguagem toda própria (Cf. LACAN, 1988a, p. 139), seus construtos decorrem de uma sintaxe que não lhes pertence, mas que os transborda, pois apontam para aquilo que a fala interdita nos desejos. Evidenciando a despossessão do sujeito, o inconsciente e suas formações nos fazem entender que não pode haver uma síntese cristalina do Eu para si. Não pode haver uma visão monolítica e estável da subjetividade pois esta se faz transitiva, múltipla e avessa à assimilação; portanto, passível descentramento e transformação ao longo do tempo. E é com as diferentes estilizações do inconsciente propostas por Freud ao longo de suas tópicas que o inacabamento da clínica demarca não uma deficiência da subjetividade, mas sua ambivalência e indeterminação constitutivas.

Com efeito, é desde *A interpretação dos sonhos* (1900) que Freud se preocupa em elaborar uma teoria do psiquismo que, através do inconsciente, dê conta de tudo que era inferido e discutido por ele e seus pares na clínica psicanalítica. Com o passar do tempo e com os novos sintomas apresentados por seus pacientes, o austríaco se via em constante necessidade de modificar sua proposta teórica; não em vão que diversas foram as alterações feitas por ele a respeito do inconsciente, das antinomias pulsionais e, portanto, da subjetividade. Sinalizaremos neste artigo que uma destas manifestações foi a constatação do luto e dos sintomas melancólicos na clínica, o que, em conjunto com as considerações sobre a *pulsão de morte*, deram origem à estruturação da segunda topologia do psiquismo, agora em termos de *Id*, *Eu* e *Super-Eu*. Para tanto, se faz necessária uma apresentação de como o inconsciente foi pensado na primeira tópica.

No capítulo VII da obra de 1900, Freud sugere uma compreensão do psiquismo formada por três instâncias antitéticas e não-universaliáveis. Fala-se do “Ics (*Ubw*), que se contrapõe a outro sistema psíquico, o Pcs/Cs (*Vbw/Bw*), que é em parte inconsciente (*unbewusst*) mas que não é o inconsciente (*das Unbewusste*)” (GARCIA-ROZA, 2014b, p. 210). Regidas segundo os processos primário e secundário¹, a dinâmica entre tais instâncias era representada por um modelo arco-reflexo, que remetia ao microscópio, o que muito se assemelha a proposta do *Projeto para uma psicologia científica* (1895).

Tudo opera como se o aparelho psíquico possuísse uma extremidade motora e outra sensível, e todas as atividades psíquicas partissem de estímulos internos e externos. O sistema mais próximo da extremidade é o pré-consciente (*Pcs*) e é através dele que o conteúdo inconsciente (*Ics*) passa à consciência (*Cs*).

Para Freud, tal aparelho é um terreno psicológico que serve às produções psíquicas como um microscópio, tal qual o modelo arco-reflexo apresentado na obra de 1900. Esse trânsito regressivo ocorre pois, durante o sono, o acesso à via motora é barrado. Não podendo ser descarregada, a excitação volta-se ao caminho regressivo, retornando ao sistema perceptivo e, conseqüentemente, produzindo alucinações. Mas se a direção que rege o fluxo da excitação na vida de vigília pode ser chamada de progressiva, então o caminho seguido pelo sonho é regressivo. Nas palavras de Freud, inconsciente é o sistema que está por trás disso, visto que “não tem acesso a consciência senão através do pré-consciente, e seu processo excitatório é obrigado a submeter-se a modificações ao passar por ele” (FREUD, 2001, p. 462).

Desde então, depreende-se que, operando por uma barra censora, tais instâncias suscitam lugares psíquicos cujas relações com o desejo se dão de distintas maneiras. Assim, se o *Pcs/Cs* é quem detém o modo como cada sujeito lida consigo, com o corpo e com o mundo, é no *Ics* onde Freud circunscreve um sistema psíquico independente, cujo *modus operandi* não se confunde com o da consciência, nem tampouco com as intelecções que dela provém.

Enquanto o *Pcs/Cs* procura transformar energia móvel em satisfação quiescente, a meta do *Ics* é repetir as satisfações de outrora, de modo a assegurar a livre descarga da excitação. Não tético e, portanto, não plenamente inteligível, o inconsciente “não pode fazer nada senão desejar” (FREUD, 2001, p. 508). Economicamente falando, isso significa: enquanto o *Ics* está atrelado à *energia livre* e ao *princípio do prazer*, o *Pcs/Cs*, a partir da inibição dos *processos primários*, vincula-se à *energia ligada* e ao *princípio de realidade*, segundo uma forte designação egóica. Portanto, essa estilização topológica tipifica distintos modos de funcionamento do psiquismo, cuja marca é o inconsciente não no sentido “adjetivo, descritivo, perfeitamente inteligível pela psicologia da consciência, mas o inconsciente sistemático” (GARCIA-ROZA, 2014a, p. 178).

Em *Das Unbewusste* (1915), obra que faz parte dos textos metapsicológicos², Freud atenta aos atos onde a “consciência não dá testemunho” (FREUD, 2010b, p. 101), no sentido de afirmar que o inconsciente faz parte do psíquico, mas não abrange todo ele. Para o autor, “é nas *lacunas* das manifestações conscientes que temos de procurar o caminho do inconsciente” (GARCIA-ROZA, 2014a, p. 171). Um ato psíquico é anteriormente inconsciente e pode, através do exame da censura, tornar-se consciente ou não: “basta ter em mente que o sistema *Pcs* partilha as propriedades do sistema *Cs* e que a censura rigorosa cumpre seu papel na passagem do *Ics* para o *Pcs*.” (FREUD, 2010b, p. 110). Nesse trânsito de um sistema ao outro, aquilo que era inconsciente passa a pertencer a um outro estado, ao passo que um investimento que era inconsciente torna-se pré-consciente/consciente. Como que atravessados por um outro oculto na fala, o inconsciente refere-se, então, a uma estrutura segunda que surge não como “não-conceito, mas como conceito da falta” (LACAN, 1988b, p. 30). Aliás, é contra toda forma fixa, estável e absolutista de expressão da subjetividade que o inconsciente freudiano ratifica sua originalidade: “ele não é uma franja ou margem da consciência, também não é o profundo da consciência, assim como não é o lugar do caótico e do misterioso” (GARCIA-ROZA, 2014b, p. 209).

Não sendo fruto de romantismos, misticismos ou criações artificialistas, Freud não fala do inconsciente como se fosse o incognoscível que a razão ainda não iluminou,

antes de “uma outra estrutura, diferente da consciência, mas igualmente inteligível” (GARCIA-ROZA, 2014a, p. 173). Nestes termos, o *Ics* transborda aos “esforços de pensar nas ideias como se fossem armazenadas em células nervosas” (FREUD, 2010b, p. 112). Não atestável, ele só é o que é mediante as lacunas que produz na consciência. Através de atos que surpreendem e ultrapassam as projeções individuais, não se chega nele “tal como é”, pois só existe no “interior do campo da psicanálise” (NÁSIO, 1993, p. 49). Por mais estranho que nos seja, ele é pessoal e desposesivo, produto da *transferência* entre analista e analisando.

Ao passo que o *Pcs/Cs* é pautado pelos símbolos da egoidade, da lei e da estabilidade psíquicas, o *Ics* é formado por representações de desejos. Sendo possível que, nele, coexistam catexias contraditórias, não há aí o símbolo da negação racional: “não há dúvida nem grau de certeza” (FREUD, 2010b, p. 127), apenas o trânsito de intensidades de investimentos. Portanto, os construtos dele decorrentes “não são ordenados temporalmente” (FREUD, 2010b, p. 128). Inalterável pela passagem do tempo histórico, a espontaneidade do sistema *Ics* não é irreduzível à temporalidade do *Pcs/Cs*. Trata-se, em verdade, de uma temporalidade e de uma historicidade voláteis, espontâneas; passíveis de ressignificação. Entre 1900 e 1915, o inconsciente é elaborado de acordo com um aparelho psíquico que, dividido em topologias distintas, possui fronteiras capazes de dividir e regular aquilo que teria acesso a consciência.

Ativos, extratemporais e inesgotáveis, seus processos “tampouco levam em consideração a *realidade*” (FREUD, 2010b, p. 128). Incapaz de existência fática, o *Ics* é a consequência dos seus efeitos. Tal como uma lei de articulação do psiquismo, ele é uma instância não homogênea da subjetividade que persiste e se prolifera nas lacunas da consciência, através de narrativas inesperadas que transcendem nossas intenções e saberes, possuindo uma cunhagem enigmática, ambivalente e misteriosa. Todavia, se até aqui o inconsciente fora pensado partindo da clivagem entre *Ics* e *Pcs/Cs*, é quando trata de questões como a perda, a angústia e a repetição que Freud fala não só do luto e dos processos de identificação melancólica, mas da pulsão de morte e do novo dualismo pulsional, conforme a viragem dos anos 1920. Fundamental ao que buscamos defender, é a partir daqui que Freud enfim admite: a separação entre *Ics* e *Pcs/Cs* não condiz com o que de fato acontece, pois o Eu, em grande medida, é inconsciente. Considerando a persistência da pulsão de morte sob os atos psíquicos, Freud compreende que, se o inconsciente recobre todo o psiquismo, então há de se qualificar três novas instâncias, a saber: o *Id*, o *Eu* e o *Super-Eu*.

2.O PERCURSO À SEGUNDA TÓPICA: MORTE, MELANCOLIA E DESAPOSSAMENTO

2.1. Luto, melancolia e o problema da identificação

Quando nos referimos ao problema da identificação em psicanálise, entendemos que é em especial no texto sobre *Luto e melancolia* (1917[1915]) que Freud retoma noções como *narcisismo*, *análise* e *escolha objetal* no sentido pensar a diferença entre o luto e a melancolia e, como consequência não premeditada, esboçar indicativos daquilo que, após 1920, comporia a segunda estruturação do psiquismo. Fundamental à teoria freudiana, *Luto e Melancolia* trata-se de um texto central sobre o processo de identificação narcísica, “a estruturação da mente em termos de ego, superego e id e, como se poderia esperar, [...] o processo e os efeitos da identificação com outrem,

frequentemente como uma resposta à perda” (SALIH, 2019, p. 76). Com efeito, sendo verdade, desde os estudos sobre o narcisismo, que a escolha objetual é diferenciada entre os tipos anaclítico e narcísico³, sabemos que o narcisismo é um modo de investimento da libido no Eu e que, neste sentido, o Eu se faz por relações de identificação com o Outro. O que o texto de 1917 busca deduzir é a natureza da melancolia a partir do luto enquanto reação normal a uma perda real. Trata-se de descrever os processos de perda do objeto de desejo e os trabalhos ligados a ela.

Tomando como ponto de problematização a natureza da ligação amorosa entre sujeito e objeto, Freud diz que, apesar de sua força, este vínculo, no caso da perda do objeto, tanto precisa ser desfeito, quanto dar lugar e tornar possível a relação amorosa com outros objetos de desejo. Em se tratando do luto, “a reação à perda de uma pessoa amada ou de uma abstração que ocupa seu lugar, como pátria, liberdade, um ideal etc” (FREUD, 2010c, p. 172). Quer dizer, a pessoa enlutada faz com que a perda do objeto venha acompanhada por um amplo desinteresse no mundo, a não ser que os objetos que se lhe apresentem estejam de alguma maneira ligados ao ser amado que partiu. Na medida em que o mundo externo não lhe remete ao objeto perdido, a reação a essa perda (o luto) comporta um doloroso abatimento na “capacidade de eleger um novo objeto de amor [...], o afastamento de toda atividade que não se ligue à memória do falecido” (FREUD, 2010c, p. 173). E visto que, para Freud, ninguém substitui ou abandona de bom grado um ser amado (ao mesmo imediatamente), então o sofrimento ocasionado pela perda não raro vem acompanhado “de uma inibição do eu e de uma restrição de seu campo de atividades” (GARCIA-ROZA, 2014b, p. 74).

Em termos psíquicos, estrutura parecida se repete na melancolia, que também se caracteriza por um profundo abatimento, cessação de interesse no mundo externo, prejuízo na capacidade de amar, etc., mas que se diferencia entre as inibições da atividade, os rebaixamentos da autoestima, as auto-recriminações, ofensas e recorrentes expectativas de punição orientadas à própria pessoa. Segundo Freud, ao menos onde foi possível enxergá-la, a associação do luto com a melancolia e a diferenciação desta por meio daquele mostram-se, pois, justificadas “pelo quadro geral desses dois estados” (FREUD, 2010c, p. 171). Contudo, é preciso dizer que, quanto ao luto, a inibição do Eu e o seu respectivo refreamento das relações intersubjetivas são explicados justamente pelo fato dele (o Eu) estar ocupado trabalhando o luto – não em vão que seus bloqueios e restrições exprimem “uma exclusiva dedicação ao luto” (FREUD, 2010c, p. 173).

Apesar das similitudes com a melancolia, o exame da realidade mostra que o objeto amado da pessoa enlutada já não existe mais, o que exige uma completa retirada da libido quanto as ligações com esse objeto. No luto, “cada uma das lembranças e expectativas em que a libido se achava ligada ao objeto é enfocada e superinvestida, e em cada uma sucede o desligamento da libido” (FREUD, 2010c, p. 174). Tal processo desperta uma compreensível, mas forte oposição ao abandono e substituição de boa vontade desta posição libidinal segura por um novo horizonte de possibilidades. O abandono e a substituição são feitos por partes, aos poucos, o que prolonga a existência do objeto perdido. Opondo-se à perda, todas as ligações do sujeito com o ente amado são evocadas, reevocadas e repetidas, de modo que o processo de desligamento acaba por realizar-se “em relação a cada uma delas, até que o trabalho seja concluído, isto é, até que o Eu fique livre das inibições que marcaram o início do trabalho do luto” (GARCIA-ROZA, 2014b, p. 75). Para Freud, o que normalmente vence no processo do luto é o respeito à realidade, ainda que gradual. Por isso, chega a ser curioso que essa dor seja normal, mas “o fato é que, após a consumação do trabalho do luto, o

Eu fica novamente livre e desimpedido” (FREUD, 2010c, p. 174).

Embora a perda não necessariamente esteja relacionada à morte de um ente amado, Freud entende que a melancolia é bastante semelhante ao trabalho do luto, mas não igual. Com a perda do objeto de desejo, o sujeito melancólico apresenta um forte desinteresse nas relações mundanas (o que não raro prejudica a capacidade de estabelecer novas conexões), mas seu processo se distingue quando acompanhado de autorrecriações, autocríticas, expectativas exageradas de punição, o que não necessariamente é passível de verificação. Na melancolia, o objeto não morreu de fato, ele foi perdido; e isso faz com que esteja relacionada “a perda de objeto subtraída à consciência; diferentemente do luto, em que nada é inconsciente na perda” (FREUD, 2010c, p. 175). Assim, o paciente até consegue reconhecer a perda causadora da melancolia; ele até “sabe *quem*, mas não *o que* perdeu nesse alguém” (FREUD, 2010c, p. 175). Diferente do luto, onde o desinteresse do Eu se dirige ao mundo externo, a perda do sujeito melancólico é inconsciente, o que faz o desinteresse voltar-se contra o Eu. E uma “vez que o melancólico nem sempre sabe o que perdeu e, na verdade, às vezes nem sequer sabe que perdeu alguma coisa, Freud considera essa uma condição patológica que se assemelha à depressão” (SALIH, 2019, pp. 75-76).

Outra grande diferença entre os processos do luto e da melancolia diz respeito ao fato de que, nesta, o sujeito demonstra “um extraordinário rebaixamento da autoestima, um enorme empobrecimento do Eu. No luto, é o mundo que se torna pobre e vazio; na melancolia, é o próprio Eu” (FREUD, 2010c, pp. 175-176). Com efeito, a desvalorização, o envelhecimento, a degradação, etc. que o sujeito melancólico faz de si não admitem contestações. Para ele, nada que se diga é acatado ao ponto de modificar ou mesmo atenuar seus delírios de inferioridade. Fechado para o mundo, o melancólico não admite que contestem ou questionem suas autodepreciações. Ademais, seria infecundo, do ponto de vista terapêutico, “contradizer o paciente que faz essas acusações ao próprio Eu. De algum modo ele deve ter razão” (FREUD, 2010c, p. 176). Contudo, apesar de, até certo ponto, ele descrever as coisas tal como lhe parecem, o fato que é uma pessoa que se considere desta maneira dificilmente se vangloriaria do seu estado perante os outros. E é justamente isso que, segundo Freud, não soa integralmente correto, pois “não há dúvida de que quem chega a essa avaliação de si mesmo e a expressa diante dos outros [...] está doente, quer diga a verdade, quer seja mais ou menos injusto consigo” (FREUD, 2010c, p. 177). O olhar extremamente crítico, o aparente despudor pelo qual o sujeito melancólico expõe suas mazelas, a insistência com que se autodeprecia perante os outros, tudo isso leva a crer que não é dele que se trata, mas de um outrem que não se faz totalmente presente. Não necessariamente consciente disto, a resposta melancólica, no lugar de superar a perda, internaliza “o objeto perdido no ego, *identificando-se* com ele” (SALIH, 2019, p. 76).

Ao que nos interessa, isso serve para explicar a atitude melancólica do Eu para consigo mesmo. Quer dizer, como consequência de uma perda ou decepção, a libido, outrora investida num objeto, agora é retirada para um novo objeto. Já que o investimento nesse novo objeto se provou pouco resistente, a libido se recolhe novamente no Eu, onde estabelece uma identificação com o objeto abandonado. Esse Eu é modificado através de identificação com o objeto perdido. Em 1923, com o advento da segunda tópica, é possível perceber que esta introjeção do objeto perdido no Eu age como se ele pudesse controlar o *Id* através de uma condição de existência: “se o Eu assume os traços do objeto, como que se oferece ele próprio ao *Id* como objeto de amor, procura compensá-lo de sua perda, dizendo: ‘Veja, você pode amar a mim também, eu sou tão semelhante ao objeto’” (FREUD, 2011, p. 37)

Sendo este o ponto de articulação com o narcisismo, Freud entende que, tal qual o luto, há na melancolia uma perda objetual, mas o caso é que, nesta, a perda resulta numa identificação com o objeto perdido. Tudo opera como se o sujeito melancólico introjetasse em si os objetos do mundo externo, preservando-os no Eu. No lugar de ser redirecionada para outro objeto, a libido investida na perda é recolhida para o Eu, servido assim como via à identificação. Ao passo que o luto se faz como perda objetual normal, as declarações do sujeito melancólico indicam que o que se perde é o amor-próprio: “suas declarações indicam uma perda no próprio Eu” (FREUD, 2010c, p. 178). Seu autotormento evidencia a satisfação das tendências sádicas em relação ao objeto que, por essa regressão, se volta contra a própria pessoa. E uma vez concluída a identificação com a perda, o Eu passa a ser julgado por uma instância crítica especial, como se se tratasse da sombra de um objeto interno, mas dissociado do Eu, e que poderia, dentre tantas coisas, reivindicar autonomia.

Como que um *locus* diferenciado situado dentro do próprio Eu, eis, segundo Freud, “a instância habitualmente chamada de *consciência moral*; nós a incluiremos entre as grandes instituições do Eu, ao lado da censura da consciência e do exame da realidade, e encontraremos provas de que é capaz de adoecer por si própria” (FREUD, 2010c, pp. 178-179). Assim sendo, se a perda do objeto é capaz de se transformar numa perda do Eu, então o conflito entre o Eu e a pessoa amada pode transformar-se “numa cisão entre a crítica do Eu e o Eu modificado pela identificação” (FREUD, 2010c, p. 181). Estamos falando de um objeto “autônomo” metaforicamente “instalado” no Eu.

Pressupondo que a escolha inicial do objeto de desejo é feita sobre uma base narcísica, é em *Luto e melancolia* onde Freud concebe modificações importantes para sua teoria, em especial quando se trata de converter a escolha objetual em identificação narcísica e, da perda do objeto de desejo, supor a identificação melancólica com o objeto perdido. Neste pequeno texto publicado em 1917, Freud começa a dar indicativos de que pode haver um esboço da diferenciação topológica a partir do próprio Eu. Vislumbra-se aqui a ideia de que, enquanto instância de ordem moral (*consciência moral*), uma parte considerável do Eu se instala nele como um sistema crítico de renúncias, abnegações e satisfações inibidas na meta. Esboçada desde os estudos sobre o narcisismo, essa diferenciação “constitui a primeira versão do que viria a ser o ideal do eu e, mais tarde, o Super-Eu” (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 211). Afetado em sua própria constituição pelo processo da identificação como o objeto perdido, é como se, desde então, o Eu carregasse uma marca, um furo, o traço único das relações que mantém com o Outro – relações estas que são inconscientes e, por assim dizer, marcadas pelo vazio e pela disjunção pulsional. E se é dessa forma, ou seja, se a identificação com esse “traço/furo” advindo do outro pode levar o Eu a modificar-se segundo um modelo que o despossui, então não demora para que, a partir dos anos 1920, o Eu se torne “uma das instâncias da segunda tópica, caracterizada por um novo dualismo pulsional, que opõe as pulsões de vida às pulsões de morte” (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 211). Através do estudo sobre a melancolia, eis o advento das pulsões de morte e, portanto, da segunda topologia do psiquismo.

2.2. Nota sobre o novo dualismo pulsional: inconsciente e a pulsão de morte

Em *Além do princípio do prazer* (1920), Freud inaugura as hipóteses do novo dualismo pulsional e da *pulsão de morte*, responsáveis por atualizar a interpretação psicanalítica do inconsciente, do desejo e dos processos de sujeitificação. Aludindo às

“experiências do passado que não possibilitam prazer” (FREUD, 2010d, p. 179), Freud, em 1920, fala daquilo que, irredutível às pulsões sexuais e de autoconservação, escapa e ao mesmo tempo serve de fundamento à compreensão das representações psíquicas e das manifestações inconsciente, haja vista que não deriva nem das identificações, nem das fantasias. Se até aqui a psicanálise pautou-se pela possibilidade objetivação dos conteúdos recalcados, agora é a *pulsão de morte* quem faz falar daquilo que compulsivamente se repete sob o psiquismo, de maneira silenciosa, disjuntiva, não fixável e, portanto, subjacente às determinações da razão. Trata-se de um “desejo ativo do passado, mesmo que o passado tenha sido ruim para o eu” (NÁSIO, 1999, p. 71).

Sem opor o *Pcs/Cs* ao *Ics*, mas o Eu frente ao *retorno* do reprimido (a perda e a identificação melancólica com o objeto), isto leva não só à conclusão de que “todo reprimido é *ics*, mas nem todo *Ics* é também reprimido” (FREUD, 2011, p. 15), mas de que a maior parte do psiquismo advém de uma “outra cena”, que nos descentra mediante a *repetição* não plenamente identificável de certos desprazeres. Indicando um horizonte de contato com o vazio e a falta de sentido (um furo no Eu), estamos falando de um mais-além transbordante ao primado *do prazer* e aos processos de conscientização: um impulso regressivo ao estado de repouso absoluto, na medida em que nos faz “querer morrer” (ASSOUN, 1978, p. 188).

Tornando secundária a estabilidade propagandeada pelas *pulsões de vida* (*pulsões sexuais e pulsões do Eu*), fala-se aqui do novo dualismo pulsional e de um impulso ao estado de não-vida, pelo qual temos aceso ao quadro geral da vida: as *pulsões de morte*. Visto que “o objetivo de toda vida é a morte” (FREUD, 2010d, p. 204), esta é a tese de que a vida enquanto horizonte pulsional orientado por objetos ideativos de poder serve ao vazio enquanto ausência de significação e ao “furo” em torno do qual as subjetividades se fazem.

Aliás, é aqui onde Freud separa: de um lado as *pulsões de morte*, que “pretendem conduzir a vida à morte” (FREUD, 2010d, p. 214) e, do outro, as *pulsões de vida*, que “buscam e efetuam a renovação da vida” (FREUD, 2010d, p. 214). Como bem observa Garcia-Roza, “é o Eros se contrapondo ao Thánatos e garantindo o dualismo tão caro a Freud” (GARCIA-ROZA, 2014a, p. 137). Corroendo o progressismo das *pulsões de vida*, a *pulsão de morte* surge, pois, como uma potência criadora que, relativa ao inconsciente, faz notar o quanto a subjetividade é atravessada pela disjunção nela ratificada. Silenciosa e de difícil localização, a *pulsão de morte* é a vivificação do enigma psicanalítico e daquilo que impele à deflagração das narrativas manifestas, assim como da figurabilidade dos processos *Pcs/Cs*. Recoberta por uma devastadora e intangível ausência de ruídos, eis a cena não-figurável, o “furo” contra o qual se estrutura o psiquismo, e a partir do qual se faz possível uma nova tópica, em conjunto com as elaborações sobre o luto e a melancolia.

2.3. Enfim uma nova concepção tópica: o Id, o Eu e o Super-Eu

Como uma das consequências da viragem dos anos 1920, *O Eu e o Id* (1923) vem confirmar o que já se configurava desde 1917, em *Luto e Melancolia*, a saber: não se trata mais de conceber a melancolia como uma patologia, mas de entender que o núcleo do psiquismo “é em si mesmo inconsciente” (FREUD, 2010d, p. 178) e que, por isso, todo o Eu é uma estrutura melancólica e descentrada. Sem requerer novos empréstimos da biologia, é desde então que Freud assinala sua segunda topologia, vivificada nas instâncias do *Id*, do *Eu* e do *Super-Eu*. Ora, se até então a compressão da subjetividade estivera ligada aos processos *Pcs/Cs*, é pela melancolia e através da *pulsão*

morte enquanto cena não-figurável que constatamos o quanto não nos esgotamos naquilo que a consciência é capaz de determinar. Isso ocorre pois o “recalcamento, e mais geralmente o conjunto dos mecanismos de defesa do Eu, trabalham a serviço do inconsciente” (NÁSIO, 1999, pp. 73-74).

Aliás, vale notar que a teoria do inconsciente tem por base o processo de recalcamento. Do Eu partem recalques pelos quais “certas tendências psíquicas devem ser excluídas não só da consciência, mas também dos outros modos de vigência e atividade” (FREUD, 2011, p. 14). Durante a análise, o que foi relegado “pela repressão se contrapõe ao Eu, e ela se defronta com a tarefa de abolir as resistências que o Eu manifesta em ocupar-se do reprimido” (FREUD, 2011, pp. 14-15). Sendo assim, existe no *Eu* algo que é “também inconsciente, comporta-se exatamente como o reprimido, isto é, exerce poderosos efeitos sem tornar-se consciente, e requer um trabalho especial para ser tornado consciente” (FREUD, 2011, p. 15), pois lhe arranca sua translucidez. Face ao que se mostra na melancolia, diante da persistência da *pulsão de morte*, o *Eu* não é mais uma consciência pura de si e para si, uma vez que o *Ics* comporta uma parte significativa do psiquismo.

Vivificado no e pelo corpo, é como se o *Eu* pertencesse aos sistemas da consciência e da inconsciência, mas sua oposição ao *Ics* perdesse em consistência. E é para aludir uma instância oposta ao *Eu* que Freud abre mão daquilo “que em nós é impessoal” (FREUD, 2011, p. 59) e comporta-se apenas como *Ics*. Desde 1923, o *Id* vem enfatizar o quanto o *Eu* é atravessado por forças “outras”, a si desconhecidas e incontroláveis. Sendo um *Isso* “irreconhecido e inconsciente, em cuja superfície se acha o *Eu*” (FREUD, 2011, pp. 21-22), o *Id* designa o que há de dissolvente e inacessível no psiquismo. Feito um inquieto estranho no *Eu*, ele é o núcleo do nosso Ser. Como se fossemos animados pela não-figuração e pelo “furo” que nos habitam, ele expressa “essa coisa em nós tão íntima que nos faz agir, e, paradoxalmente, tão obscura, primitiva e inapreensível” (NÁSIO, 1999, p. 75).

Não obstante, dados os estudos sobre a melancolia e a repetição, é preciso dizer que, do interior do *Eu*, Freud também extrai o “*ideal do Eu*” ou “*Super-eu*”. Com efeito, dados os conflitos em que o *Eu* se distribui desde as primeiras identificações parentais, é preciso admitir que estas possuem um caráter duradouro sobre a formação do seu caráter. Se na tenra idade tomamos por objeto de desejo um dos progenitores, é pela estruturação do tabu contra o desejo incestuoso que tais ligações primárias serão abandonadas, dando origem ao *Super-Eu*, que “esconde a primeira e mais significativa identificação do indivíduo, aquela com o pai da pré-história pessoal” (FREUD, 2011, p. 28). Destas identificações primárias emerge a natureza triangular da série edipiana: por um lado, o *Édipo positivo*, predominantemente vinculado ao menino, por outro, a situação edipiana *negativa* imposta à menina e, no intermédio a forma orientada pela bissexualidade, pela “relativa força das duas disposições sexuais” (FREUD, 2011, p. 29). Nota-se disto: do mesmo modo que o sujeito melancólico internaliza a perda, as primeiras catexias infantis são transformadas ao ponto de fazer com que ela, a criança (o *Eu*), introjete o objeto perdido (algum dos progenitores), instalando-o e preservando-o como “um investimento objetal substituído por uma identificação” (FREUD, 2011, p. 25). E se tal substituição participa da configuração do caráter do *Eu*, então este nada é senão um depósito de desejos abandonados: “o caráter do *Eu* é um precipitado dos investimentos objetais abandonados, de que contém a história dessas escolhas de objeto” (FREUD, 2011, p. 26).

Ora, se nossos desejos primitivos são pela figura da mãe, a introjetaremos de modo a estabelecer uma identificação com ela; mas se são com o pai, substituiremos a

catexização objetual por uma identificação com ele. Chamando os direcionamentos do desejo infantil de *disposições*, Freud dá a entender que os empenhos objetais inatos de uma criança normalmente são por alguém do sexo oposto ou do mesmo sexo, mas se mostra hesitante quanto a descrição do desenvolvimento sexual da menina e, portanto, do querer feminino. Sobre isto, ele chega a dizer que a menina, após renunciar o pai como objeto congênito de amor, “põe à frente sua masculinidade e se identifica não com a mãe, mas com o pai, ou seja, o objeto perdido” (FREUD, 2011, p. 29). Em todo caso, o que se percebe é que “as catexias de objeto são o resultado das disposições primitivas, não importando se somos congenitamente ‘masculino’ ou ‘feminino’” (SALIH, 2019, p. 77)

Seja como for, fala-se do *Super-Eu* como uma instância reativa que não necessariamente faz desaparecer o desejo, mas constitui “a renúncia a experimentar o gozo que a criança conheceria se o incesto tivesse lugar” (NÁSIO, 1997, p. 131). Atuando na defesa da integridade do *Eu*, o *Super-Eu* é responsável por conter os costumes que, se interiorizados, condicionam o *Eu* quase que por inteiro. Associado ao símbolo do pai, ele é a lembrança melancólica do objeto perdido e do desejo proibido pela castração: o incesto. É a advertência que mostra o que o *Eu* deve ser, mas também o que não deve ser. Agindo como uma consciência moral, é ele que diz que “‘assim (como o pai) você *deve* ser’” (FREUD, 2011, p. 31); ao mesmo tempo, é também ele quem proíbe, censura e recrimina – afinal, diferente do pai, “você *não pode* ser, isto é, não pode fazer tudo o que ele faz” (FREUD, 2011, p. 31). Nesse sentido, seja qual for a resolução edipiana, o *Super-Eu* buscará sempre conservar o caráter interdito da identificação com o pai.

Posta a antinomia entre *Id*, *Eu* e *Super-Eu*, isso mostra que – diluída no inconsciente, marcada pela melancolia e atravessada pelo caráter disruptivo da *pulsão de morte* – a subjetividade tal como Freud a concebe se coloca a serviço de uma “cena outra” que a descentra. Arelado à rigidez do Édipo sobre o *Eu*, o *Super-Eu* alude aos estados de melancolia em que uma instância arremete-se contra a outra, sem possibilidades de explicação ou representação conscientes d’*Isso*. Nessa situação, se a melancolia é o caso onde a *pulsão de morte* encontra-se reunida no *Super-eu*, então o *Eu* se faz continuamente ameaçado por “três perigos: do mundo exterior, da libido do *Id* e do rigor do *Super-eu*” (FREUD, 2011, p. 53). Jogados aos vazios de nossas demandas, isso sinaliza o quanto estamos expostos aos perigos da *pulsão de morte*, desde então entendida como um horizonte de autonomia irreversível e irredimível. Concebidas através das antinomias pulsionais, das estruturações tópicas e, portanto, da melancolia como pivô do psiquismo, as estilizações freudianas a respeito do inconsciente sinalizam o déficit da primazia da consciência, pela qual o *Eu* não raro surge como translúcido para si. Da melancolia como via de passagem entre tópicas, depreende-se, portanto, que Freud assinala um ponto de desfalecimento e desposseção da subjetividade, na medida em que esta é constantemente marcada por um “furo”, uma “cena outra” que nos estabelece como fora de nós mesmos e cujos significados, propósitos ou motivações não sabemos e não saberemos identificar por completo.

3. CONCLUSÃO: O SUJEITO DA PSICANÁLISE E A MELANCOLIA COMO PIVÔ ENTRE TÓPICAS

Concebidas por meio das antinomias pulsionais, das concepções topológicas relativas ao inconsciente e, conforme defendemos, da melancolia como pivô entre tópicas, as estilizações freudianas a respeito do psiquismo denunciam o déficit do

primado da consciência enquanto translucidez do Eu para si. Ainda que não isentas de justas críticas, suas noções assinalam, entre a primeira e a segunda tópica, um ponto de desfalecimento e desposseção da subjetividade. Corporificando no *Eu* sua falta de significação, o sujeito da psicanálise não é “prévio, mas suposto e assujeitado ao significante, onde encontra suas identificações e do qual é um efeito” (BAAS & ZALOSZYC, 1996, p. 01). Reivindicando um determinante “outro” para a psique, Freud demonstra ser possível pensar as subjetividades enquanto identidades desejanças, vivificáveis desde primeira pessoa do singular como contínuos estados de errância, melancolia e repetição.

Fundado não numa tese universalista de si, mas no inconsciente enquanto cena não-figurável, porosa e fragmentária do real, o sujeito pensado desde Freud “é livre, mas perdeu o domínio de sua interioridade e já não é ‘senhor em sua própria casa’” (ROUDINESCO, 1999, p. 24). Enquanto síntese furada, não-toda e sempre parcial, o *Eu*, neste sentido, escapole “no momento em que articula *eu penso*, pois por mais claro e distinto que seja, essa *eu penso* é um significante, que encontra apenas o caráter evanescente do sujeito” (BAAS & ZALOSZYC, 1996, p. 02). Vacilando em sua própria interioridade, suas estilizações da vida psíquica levam à admissão de que “penso onde não sou, logo sou onde não penso” (LACAN, 1998, p. 521). Dispondo tal questão no cerne dos seus construtos, as teorizações freudianas nos fazem reconhecer o sujeito como habitado “pela *consciência de seu próprio desapossamento*” (ROUDINESCO, 1999, p. 24). Trata-se de compreender que a subjetividade não é fixa, mas passível de transformação, uma vez que é marcada por um “furo”, por um vazio de sentido, ou melhor, por uma “cena outra” que nos estabelece como fora de nós mesmos e cujos significados, sentidos, propósitos ou motivações não sabemos, não saberemos, nem tampouco quereremos identificar por completo.

Preocupado em elaborar uma teoria apta a dar conta dos fenômenos vistos e discutidos em consultório, junto com seus pacientes, Freud entende que, dedutível via *práxis* clínica, há sempre um sentido “outro” naquilo que o sintoma expressa através da fala. Não fixa, antes mutável, essa significação “oculta” nas narrativas levou Freud a constatar a necessidade de transformar suas hipóteses conforme as situações de cada caso. Na clivagem entre primeira e a segunda tópica, cremos que uma das manifestações responsáveis pelas modificações quanto ao trato com o inconsciente foi justamente a constatação clínica do luto e dos sintomas melancólicos.

Em verdade, com a publicação d’*A interpretação dos sonhos* em 1900, Freud estabelece o que viria a ser sua primeira topologia psíquica, desde então dívida entre as instâncias do inconsciente (*Ics*) e da pré-consciência/consciência (*Pcs/Cs*), respectivamente regidas pelos processos primário e secundário. De maneira muito semelhante (não igual) ao que fora esboçado no *Projeto para uma psicologia científica* (1895), é em 1900 que se estabelece não só a primeira estruturação do aparelho psíquico, mas a definição do inconsciente mediante a regressão presente nos processos oníricos. Reconhecido por meio de um modelo arco-reflexo, esse processo regressivo só ocorre porque, durante o sono, o acesso à via motora é barrado. Não podendo ser descarregada, a excitação perpetra uma trajetória regressiva, pela qual retorna ao *Pcs/Cs*, onde produz a alucinação. Ao passo que o fluxo da excitação na vida de vigília pode ser chamada de progressiva, o caminho seguido pelo sonho é regressivo. Portanto, inconsciente é o sistema que se encontra por trás disso, uma vez que “não tem acesso a consciência senão através do pré-consciente, e seu processo excitatório é obrigado a submeter-se a modificações ao passar por ele” (FREUD, 2001, p. 462).

Em 1915, no texto sobre *O inconsciente*, Freud aprofunda a hipótese de 1900

quando afirma que o inconsciente faz parte do psiquismo, mas não abrange todo ele. Neste período, esboçam-se as principais características do *Ics* partindo do pressuposto de que um ato psíquico é, antes de mais nada inconsciente, mas pode tornar-se consciente mediante o exame da censura. Para tanto, “basta ter em mente que o sistema *Pcs* partilha as propriedades do sistema *Cs* e que a censura rigorosa cumpre seu papel na passagem do *Ics* para o *Pcs*” (FREUD, 2010b, p. 110).

Ao escopo de nossa análise, o artigo de 1915 evidencia que o inconsciente não é regido pelo princípio da negatividade tética. Nele, não há dúvidas nem graus de certeza; não há temporalidade (ao mesmo a da consciência), não há realidade, pois o que acontece é o trânsito de intensidades de investimentos, todos regidos pelo princípio do prazer. Em suma: “ausência de contradição, processo primário [...], atemporalidade e substituição da realidade externa pela psíquica são as características que podemos esperar encontrar nos processos do sistema *Ics*” (FREUD, 2010b, p. 128). Até este período, o inconsciente é elaborado de acordo com um aparelho psíquico dividido em topologias detentoras de fronteiras capazes de dividir e regular o acesso de certos conteúdos à consciência. Mas é com a passagem para a segunda tópica que Freud, ao se deparar com o fenômeno da identificação melancólica, se vê obrigado a reconhecer que uma separação assim tão “didática” não condiz com o que de fato ocorre; afinal, há de admitir que, na clínica, o Eu também é em grande medida inconsciente.

Com efeito, fundamental não só à revisão de suas antigas teorias, mas à reformulação dos modos como até então concebera o aparelho psíquico e os dinamismos pulsionais, é em *Luto e Melancolia (1917[1915])* onde Freud retoma noções como *narcisismo, anáclise e escolha objetual*, no sentido de deduzir a natureza da melancolia a partir do luto enquanto reação normal a uma perda real. Central à compreensão dos processos de identificação e, como consequência ainda não premeditada, à estruturação da psique em termos de *Id, Eu e Super-Eu*, é aqui onde Freud se empenha em analisar “os efeitos da identificação com outrem, frequentemente como uma resposta à perda” (SALIH, 2019, p. 76). Enfatizando os processos ligados a perda do objeto de desejo, ele diferencia o trabalho do luto alegando que, em se tratando de uma reação normal, a prova da realidade mostra...

que o objeto amado não mais existe, e então exige que toda libido seja retirada de suas conexões com esse objeto. Isso desperta uma compreensível oposição[...]. Essa oposição pode ser tão intensa que se produz um afastamento da realidade e um apego ao objeto mediante uma psicose de desejo alucinatória. O normal é que vença o respeito à realidade. Mas a solicitação desta não pode ser atendida imediatamente. É cumprida aos poucos, com grande aplicação de tempo e energia de investimento, e enquanto isso a existência do objeto perdido se prolonga na psique. Cada uma das lembranças e expectativas em que a libido se achava ligada ao objeto é enfocada e superinvestida, e em cada uma sucede o desligamento da libido (FREUD, 2010b, pp. 173-174).

Quanto a melancolia, a coisa também se manifesta, em termos psíquicos, por um doloroso abatimento, um desinvestimento libidinal no mundo, uma forte apatia e por uma diminuição acentuada na autoestima, mas de modo algum isso consegue ser plenamente traduzido em palavras. Quer dizer...

não podemos discernir claramente o que se perdeu, e é lícito supor que tampouco o doente pode ver conscientemente o que perdeu. [...] a perda que ocasionou a melancolia é conhecida do doente, na medida em que ele sabe *quem*, mas não *o que* perdeu nesse alguém. Isso nos inclinaria a relacionar a melancolia, de algum modo, a uma perda de objeto subtraída à consciência; diferentemente do luto, em

que nada é inconsciente na perda (FREUD, 2010b, p. 175).

Diferentemente do luto, o sujeito melancólico apresenta uma mistura de dois processos: o luto e a regressão. Ao passo que no luto existe uma perda real que leva o desinteresse do Eu a dirigir-se ao mundo externo, na melancolia, a libido, ao ser desinvestida do objeto perdido, toma uma escolha narcísica e se volta para o Eu. Contudo, por não se saber ao certo o que foi perdido, o desinteresse consequente da perda do objeto não se volta para o mundo, mas para o Eu. Não raro vivificadas como atitudes melancólicas do sujeito para consigo, as possibilidades de investimento num novo objeto de desejo se mostram tão pouco resistentes que, ao fim das contas, são suspensas. Isso não só faz com que a libido se recolha no Eu, onde estabelece uma identificação deste com o objeto perdido, mas que o Eu seja “furado”, descentrado e modificado em função desta identificação. Dadas as considerações pertinentes ao novo dualismo pulsional e a pulsão de morte como força disjuntiva, deduz-se daqui que, com o advento gradual da segunda tópica, o processo de introjeção do objeto perdido no Eu atua como se este pudesse controlar o *Id* através de uma condição de existência:

essa transformação de uma escolha erótica de objeto numa alteração do Eu é também uma via pela qual o Eu pode controlar o *Id* e aprofundar suas relações com ele, embora à custa de uma larga tolerância para com as experiências dele. Se o Eu assume os traços do objeto, como que se oferece ele próprio ao *Id* como objeto de amor, procura compensá-lo de sua perda, dizendo: “Veja, você pode amar a mim também, eu sou tão semelhante ao objeto” (FREUD, 2011, p. 27).

Para Freud, tal qual uma autodepreciação, um autotortimento sádico, o processo melancólico é uma ferida constante e reiteradamente aberta. Em 1917, é isso que leva a pensar na possibilidade de haver um lugar que, para além do princípio do prazer, seja capaz de alocar essa parte do Eu eminentemente autocrítica e repressora. Desde então, Freud fala de algo como uma consciência moral, uma instância diferenciada atuante dentro do próprio Eu: “nós a incluímos entre as grandes instituições do Eu, ao lado da censura da consciência e do exame da realidade, e encontraremos provas de que é capaz de adoecer por si própria” (FREUD, 2010c, pp. 178-179).

Ademais, deduz-se daqui que, se a teoria do inconsciente está atrelada ao recalçamento, então pode acontecer deste processo poupar a consciência de moções causadoras de desprazer. Remobilizando suas análises relativas ao sonho, é aqui onde Freud, em certo sentido, admite a possibilidade de haver algo inconsciente, mas apto à conscientização, e algo recalçado, porém incapaz de consciência. Não obstante, ele logo percebe que, em se tratando da experimentação clínica, é muito provável que, do Eu, partam “repressões através das quais certas tendências psíquicas devem ser excluídas não só da consciência, mas também dos outros modos de vigência e atividade” (FREUD, 2011, p. 14). A *práxis* clínica mostra que “o que foi posto de lado pela repressão se contrapõe ao Eu, e ela se defronta com a tarefa de abolir as resistências que o Eu manifesta em ocupar-se do reprimido” (FREUD, 2011, p. 14). Diante da ferida aberta na melancolia e da persistência disjuntiva da *pulsão de morte*, trata-se de reconhecer que o inconsciente não necessariamente coincide com o recalçado: “todo reprimido é *ics*, mas nem todo *Ics* é também reprimido” (FREUD, 2011, p. 15). O que disto se mostra, portanto, é que, dadas as resistências clínicas à aplicação da teoria, Freud enfim reconhece a necessidade de uma nova estruturação topológica do psiquismo. Tal movimento é válido pois, antes mesmo de 1900, é a reatividade dos pacientes durante a análise – não o contrário – quem dá fluidez à psicanálise, transformando-a.

Aprendemos, em nossas análises, que há pessoas nas quais a autocrítica e a consciência [moral], ou seja, ações psíquicas altamente valorizadas, são inconscientes e, enquanto tais, produzem os efeitos mais importantes; o fato de a resistência permanecer inconsciente na análise não é, portanto, a única situação desse tipo. Mas a nova constatação, que nos obriga, apesar de nossa melhor compreensão crítica, a falar de um *sentimento de culpa inconsciente*, desconcerta-nos bem mais e nos oferece novos enigmas, sobretudo quando gradualmente notamos que um tal sentimento de culpa inconsciente tem papel decisivo, em termos econômicos, num grande número de neuroses, e ergue os maiores obstáculos na direção da cura (FREUD, 2011, pp. 24-25)

Ao que interessa, isso é suficiente para entendermos: muito em função dos fenômenos clínicos que despontam desde 1917, Freud, após a virada dos 1920, admite a necessidade de revisão do modo concebera não só as antinomias pulsionais, mas a própria estruturação do psiquismo. Grande parte disto deve-se ao fato dele enfim reconhecer no Eu algo que é “inconsciente, comporta-se exatamente como o reprimido, isto é, exerce poderosos efeitos sem tornar-se consciente, e requer um trabalho especial para ser tornado consciente” (FREUD, 2011, p. 15). Segundo Renato Mezan, são dois os motivos levam Freud a essa reavaliação:

O primeiro é de ordem clínica: as resistências à terapia são inconscientes, o sentimento de culpa exacerbado na melancolia também o é; o outro, de ordem teórica, consiste na redução do valor heurístico do conceito de pulsões do ego, absorvido pelas pulsões de vida no quadro do remanejamento da teoria que se inicia em 1920 (MEZAN, 2013, p. 269)

Em *O Eu e o Id*, logo no início da seção relativa ao *Super-Eu*, Freud nos lembra: através da melancolia, foi possível admitir que uma parte do Eu possui menor acesso a consciência, o que constitui um fator fundamental à constituição do seu caráter. Com o abandono do objeto sexual, o Eu sofre modificações estruturais, uma vez que a perda, de alguma forma, é introjetada mediante identificação. Nisto, o *Super-Eu* surge como herdeiro do complexo de Édipo e das primeiras identificações infantis: o menino se orienta pelo pai e a menina pela mãe; no intermédio, opera a forma da bissexualidade. Aliás, se é verdade que é o *Super-Eu* quem mostra ao Eu o que este deve ou não ser, então é aqui onde experimentamos os primeiros objetos perdidos; nossas primeiras identificações. Vale lembrar que a não superação do Édipo pode dar origem a um *Super-Eu* enfraquecido, mais propenso a neuroses. Por conseguinte, se o *Super-Eu* constitui a *consciência moral* do Eu, quanto mais forte for a repressão decorrente do Édipo, mais atuante é o *Super-Eu*.

Isto posto, concluímos: a partir das antinomias pulsionais, das concepções topológicas relativas ao inconsciente e, em particular, da melancolia como pivô entre tópicos, Freud possibilita pensar não só as consequências da perda objetal inconsciente, mas como ela influencia na composição do Eu, no seu caráter, suas identificações; enfim, nos modos como o sujeito é constantemente “furado” e despossuído por uma “cena outra” que o coloca numa situação perpetuamente deficitária. Entre a primeira e a segunda tópica freudianas, consideramos ser possível sinalizar o quanto nossas identificações mais arcaicas advêm de perdas que fomos psiquicamente obrigados a passar para constituir quem pensamos que somos (nosso Eu). As modificações marcadoras desse trânsito entre tópicos são basilares pois dão indicativos de como reestabelecer, reconfigurar e ressignificar os modos de funcionamento do psiquismo não em razão de uma posição dogmática ou de uma suposta fixidez teórica, mas para que estejamos à altura das subjetividades do nosso tempo. Em razão disto, entendemos que o

estudo sobre a melancolia se mostrou vital para que Freud, à altura do seu tempo, conseguisse revisar seus pressupostos e, disto, facultar-nos uma teoria capaz de explicar a existência de um Eu que pune e critica a si mesmo, conduzindo-se a consequências drásticas. Com o advento da segunda tópica, este Eu, além de descentrado e despossuído, passa a pertencer a outro lugar, na medida em que torna-se, em grande medida, inconsciente.

REFERÊNCIAS

- ASSOUN, P-L. *Freud, a Filosofia e os Filósofos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1978.
- AYOUCH, T. *Psicanálise de hibridez: gênero, colonialidade e subjetivações*. Curitiba: Calligraphie, 2019
- BAAS, B.; ZALOSZYC, A. *Descartes e os fundamentos da psicanálise*. Rio de Janeiro: Revinter, 1996
- FREUD, S. (1900). *A Interpretação dos Sonhos*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- FREUD, S. (1914). Introdução ao Narcisismo. In: FREUD, S. *Introdução ao Narcisismo, Ensaios de Metapsicologia e Outros Textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a, vol. XII.
- FREUD, S. (1915). O Inconsciente. In: FREUD, S. *Introdução ao Narcisismo, Ensaios de Metapsicologia e Outros Textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b, vol. XII
- FREUD, S. (1917 [1915]), Luto e Melancolia. In: FREUD, S. *Introdução ao Narcisismo, Ensaios de Metapsicologia e Outros Textos*, São Paulo: Companhia das Letras, 2010c, vol. XII
- FREUD, S. (1920). Além do Princípio do Prazer. In: FREUD, S. *História de uma Neurose Infantil ("O Homem dos Lobos")*, *Além do Princípio do Prazer e Outros Textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010d, vol. XIV.
- FREUD, S. (1923). O Eu e o Id. In: FREUD, S. *O Eu e o Id, "Autobiografia" e Outros Textos*. Companhia das Letras, 2011, vol. XVI
- GARCIA-RÓZA, L. A. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2014a.
- FREUD, S. *Introdução à metapsicologia freudiana*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2014b. v. III.
- LACAN, J. (1955-1956). Do Não-senso, e da estrutura de Deus. In: LACAN, J. *O Seminário, livro 03: As Psicoses*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988a.
- LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998
- LACAN, J. (1964). *O Seminário, livro 11: Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988b.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MEZAN, R. *Freud: a trama dos conceitos*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- NÁSIO, J-D. *Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993
- NÁSIO, J-D. *Lições sobre os 7 conceitos cruciais da psicanálise*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997
- NÁSIO, J-D. *O Prazer de Ler Freud*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.
- ROUDINESCO, E. *Por que a psicanálise?*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999
- ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998
- SALIH, S. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NOTAS

- 1 São chamados processos primários e processos secundários os dois modos de funcionamento do aparelho psíquico. O inconsciente é caracterizado pelo processo primário e o pré-consciente/consciente pelo processo secundário. No processo primário a energia psíquica escapa livremente, como afirma Laplanche e Pontalis (2001) e é regido pelo princípio do prazer, já no processo secundário a energia é escoada de forma controlada e é regido pelo princípio de realidade.
- 2 O termo *metapsicologia* designa uma forma de descrição dos processos psíquicos através dos pontos de vista dinâmicos, topológicos e econômicos. Dinâmicos: “ponto de vista que considera os fenômenos psíquicos como resultantes do conflito e da composição de forças que exercem uma certa pressão, sendo essas forças, em última análise, de origem pulsional.” (LAPLANCHE, PONTALIS, 2001, p. 119) Econômicos: “consiste em

considerar os investimentos na sua mobilidade, nas variações da sua intensidade, nas oposições que entre eles se estabelecem (noção de contra-investimento), etc. (LAPLANCHE, PONTALIS, 2001, p. 121) e, por fim, topológicos: “ponto de vista que supõe uma diferenciação do aparelho psíquico em certo número de sistemas” (LAPLANCHE, PONTALIS, 2001, p. 505).

3 Quando trata o narcisismo, Freud distingue dois tipos de escolha de objeto: o tipo anaclítico e o tipo narcísico. Se, no primeiro, a criança escolhe como objeto seus cuidadores, no segundo, toma a si como objeto de desejo.